

Webinário
**Ação internacional dos governos locais brasileiros:
um fenômeno irreversível?**

Quinta-feira, 10 de dezembro, 14h (Brasil)

Contexto

A ação internacional dos governos locais não é uma questão nova, mas nas últimas duas décadas o número de cidades ligadas ao exterior aumentou, assim como a magnitude e o dinamismo de suas relações, as questões e os espaços de participação em nível global.

Hoje, os principais desafios econômicos, políticos, sociais e ambientais recaem sobre os governos locais. Do nível subnacional, eles enfrentam o desafio de implementar ações que contribuam para resolver os principais problemas que afligem sua população a fim de melhorar sua qualidade de vida e promover o desenvolvimento territorial.

Nos últimos anos, a relevância adquirida pelos governos locais em nível internacional através de sua participação em espaços internacionais de discussão tornou-se evidente, particularmente na discussão de agendas globais para o desenvolvimento, como o processo de elaboração e construção da Nova Agenda Urbana em 2016.

Atualmente, cada vez mais cidades estão reconhecendo a necessidade de se conectar com o exterior para promover seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os governos locais estão fortalecendo sua posição na arena internacional e promovendo uma mudança no sistema de governança global que permite o reconhecimento das prioridades locais na agenda internacional.

Paradoxalmente, o fenômeno da internacionalização dos governos locais está enfrentando o risco de reversão. A crise do multilateralismo, os processos de recentralização, os nacionalismos, as políticas protecionistas e a xenofobia têm gerado impactos na internacionalização de algumas cidades.

Entretanto, a ação internacional também se tornou uma forma de resistência por meio da qual algumas cidades expressam sua distância das políticas nacionais e endossam seu compromisso com a cooperação internacional e a solidariedade como princípios para não deixar ninguém para trás. Por exemplo, diante do desprezo de Donald Trump pelos compromissos assumidos através do Acordo de Paris, muitos governos estaduais e municipais dos Estados Unidos reagiram expressando sua rejeição às medidas e se comprometendo com esses objetivos.

Neste contexto, os governos subnacionais brasileiros apresentam um caso importante de análise para melhorar a compreensão do fenômeno. Apesar de não terem atribuições

explícitas na Constituição Federal de 1988¹, desde os anos 80 com o processo de redemocratização, os governos subnacionais brasileiros têm empreendido uma importante participação no cenário internacional.

O aumento do número de Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs) nos anos 90 e seu aumento nos anos 2000 refletem o reconhecimento da importância da atividade internacional para ajudar a melhorar as condições de desenvolvimento das entidades subnacionais. Embora em nível nacional, este fenômeno (do ponto de vista institucional) tenha crescido de forma desigual com uma concentração acentuada na região Sudeste, que tem um nível de desenvolvimento mais elevado, os governos locais ganharam reconhecimento no contexto internacional e despertaram interesse de vinculação.

Desde 2019, o país tem experimentado uma desaceleração em sua política externa, com a retirada gradual do Brasil dos compromissos e espaços internacionais e a emulação da atual política protecionista dos EUA. Estas mudanças, somadas a outros fatores em nível local e regional, geraram repercussões na internacionalização das entidades federais e municipais, resultando, em casos extremos, no fechamento das SMRIs.

As políticas internas nacionais também tiveram impacto na imagem do Brasil no mundo e em seu relacionamento com diferentes atores no nível internacional. Entre elas, posições controversas sobre o retorno às políticas ambientais contra a mudança climática, o progresso no desmantelamento da Amazônia e a gestão dessa emergência ambiental como resultado dos incêndios, geraram questionamentos de diferentes instâncias internacionais e, por sua vez, levaram alguns governos municipais a buscar apoio no exterior apesar da linha marcada pelo governo nacional.

A crise da COVID-19 abriu uma nova fase na ação internacional subnacional. A necessidade imediata de responder à emergência sanitária levantou a utilidade de buscar soluções no exterior, desde a ajuda humanitária até a cooperação técnica. Esta situação destacou os custos do isolamento em todos os níveis de governo. Cidades com uma atividade mais dinâmica e profissionalizada foram capazes de acelerar sua resposta, em contraste com cidades com menos e até mesmo sem participação internacional.

A ação internacional dos governos locais está em constante mudança, não apenas determinada pelas tendências políticas, mas também pelas próprias dinâmicas territoriais. Apesar dessa atividade ter marcado diferenças entre as regiões do país, há uma redução considerável na atividade internacional subnacional brasileira, levantando questões para seu futuro.

¹ A Constituição Federal de 1988 reconhece a execução da política externa como uma atribuição exclusiva da União (art. 21), condicionando a participação de governos subnacionais à autorização do Senado Federal (art. 52).

Neste contexto, o evento organizado pela Alianza AL-LAs Alliance e a Paradiplomacia.org tem como objetivos:

- Analisar o estado atual da ação internacional dos governos subnacionais brasileiros;
- Perfilar o futuro da ação internacional dos governos locais brasileiros através de análises a partir de perspectivas nacionais e internacionais.

Este exercício é parte da reflexão que a AL-LAs tem promovido nos últimos anos para analisar a irreversibilidade ou não do fenômeno da ação internacional.

Os resultados do debate serão incluídos em um artigo na edição da Revista TIP dedicada à teoria e prática da paradiplomacia no Brasil, prevista para 2021.

Transmissão:



Facebook Paradiplomacia.org: <https://bit.ly/3gjLpfw>

Youtube Paradiplomacia.org: <https://bit.ly/3IWape2>

Youtube AL-LAs: <https://bit.ly/39XGcJ4>

Webinário Ação internacional dos governos locais brasileiros: um fenômeno irreversível?

Agenda

EIXO 1. A ação internacional dos governos subnacionais brasileiros no âmbito nacional: uma perspectiva histórica (30 minutos)

<p>Moderador: Fernando Santomauro, Assessor de Aprendizado da CGLU</p> <p>Este eixo procura analisar o contexto nacional da ação internacional dos governos locais brasileiros, a fim de compreender as mudanças que o fenômeno está passando.</p>	<p>Hugo Salomão, Coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte</p>	<p>Como a política interna e externa impactaram a ação internacional dos governos subnacionais?</p>
	<p>Regina Laisner, Pesquisadora da UNESP</p>	<p>É possível ser identificada uma iniciativa do Estado nacional brasileiro para promover e apoiar a ação internacional de seus governos locais e qual é a sua situação atual?</p>
	<p>Rodrigo Perpétuo, Secretário Executivo do ICLEI América do Sul</p>	<p>Você acha que a ação internacional dos governos locais podem contribuir para a dinamização das relações externas do Brasil? De que forma?</p>

EIXO 2. Os governos subnacionais brasileiros no cenário internacional (30 minutos).

<p>Moderadora: Daphne Besen, Paradiplomacia.org</p> <p>Este eixo analisará o papel dos governos nacionais brasileiros no cenário internacional.</p>	<p>Embaixador Antonio Fernando Cruz de Mello, Coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio de Janeiro</p>	<p>Como a situação internacional atual impactou o posicionamento dos governos locais brasileiros no cenário internacional?</p>
	<p>Luiz Alvaro, Secretário de Relações Internacionais de São Paulo</p>	<p>No atual contexto internacional, quais são as prioridades locais para a internacionalização?</p>
	<p>Paulo Oliveira, Frente Nacional de Prefeitos</p>	<p>Qual o papel tem sido desempenhado pelas associações de municípios?</p>

EIXO 3. Como fortalecer as SMRIs para a ação internacional dos governos subnacionais brasileiros (30 minutos).

<p>Moderadora: Ana Itzel Hernandez, AL-LAs</p> <p>Este eixo analisará os elementos que permitirão fortalecer a participação dos governos locais brasileiros no cenário internacional.</p>	<p>Eduardo Tadeu, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Municípios</p>	<p>No momento, quais são as principais restrições à ação internacional dos governos subnacionais?</p>
	<p>Gilberto M. A. Rodriguez, Pesquisador</p>	<p>O fenômeno da ação internacional tem impactado as grandes cidades. Como as cidades médias e pequenas podem se envolver na ação internacional?</p>
	<p>Soraya Pessino, Assessora Internacional da Prefeitura de Salvador</p>	<p>Como envolver os atores do território no planejamento, implementação e monitoramento de estratégias/políticas de ação internacional?</p>

Fechamento e conclusões (5 minutos). Marina de Moraes, Coordenadora de Assuntos Internacionais Multilaterais e Redes de Cidades da Prefeitura de São Paulo

Entidades para apoiarem a divulgação:

FONARI

CNM

Centros acadêmicos de cursos de Relações Internacionais

ANAPRI

Revista FENERI

FONAPA

Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)